



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**ANA PAULA CHEDIAK SIQUEIRA**

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DOWN NA REDE  
REGULAR DE ENSINO**

Brasília  
2017

**ANA PAULA CHEDIAK SIQUEIRA**

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA  
REDE REGULAR DE ENSINO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em psicopedagogia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc. Raquel Soares de Santana

Brasília  
2017

**ANA PAULA CHEDIAK SIQUEIRA**

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA  
REDE REGULAR DE ENSINO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em psicopedagogia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc. Raquel Soares de Santana

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luiza Hiiroko Yamada Kuwae

Dedico este trabalho a Deus que iluminou o meu caminho durante esta jornada.

Aos profissionais da educação que acreditam e contribuem para a efetivação da inclusão.

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço aos professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas.*

*A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que realizaram seu trabalho com tanto amor e dedicação.*

*A minha maravilhosa família. Meus pais Josué e Adelaide pelo amor incondicional e esforço para me proporcionar os melhores estudos, a minha irmã Patrícia, meu irmão Henrique minhas amigas Gleide e Elisa pelo apoio e palavras de encorajamento.*

*Ao meu esposo amado Filipe, por ficar ao meu lado nos momentos de dúvidas, incertezas, tristezas.*

*Ao meu filho pela paciência e compreensão quando ausente estive.*

*Agradeço, de forma sincera minha orientadora, a Prof<sup>a</sup>. MSc. Raquel Soares de Santana, por toda compreensão, colaboração e apoio que me proporcionou e cujas orientações foram cruciais para me permitir chegar até aqui.*

“ Não há, não,  
Duas folhas iguais em toda criação. Ou  
nervura a menos ou célula a mais, Não  
há de certeza, duas folhas iguais. ”

António Gedeão (1958)

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar os benefícios da inclusão do estudante com Síndrome de Down na educação infantil do ensino regular, buscou-se compreender este processo de inclusão. É dado especial enfoque, nesse estudo, as possibilidades de ensino na escola regular da educação infantil. Para isso, foram analisadas entrevistas com profissionais da rede Municipal, CMEI da região leste da cidade de Goiânia – Goiás. Para realização deste trabalho, buscou-se problematizar a aprendizagem do aluno com síndrome de Down no ensino regular, ressaltando a importância da participação de toda a equipe pedagógica, colegas de turma, todo o âmbito escolar, visando a possibilidade da inclusão escolar, visto que mesmo com diferenças, todos temos o direito de participar ativamente do processo educacional. Ressaltam assim o levantamento e análise documental, como procedimentos metodológicos básicos para a realização deste projeto, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas a partir de autores que discutem a inclusão escolar, assim como a inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular. A finalidade deste estudo buscou demonstrar a importância de não se distinguir as pessoas, independente de suas condições psíquicas ou físicas, atentando para a não segregação, ou seja, que todos ensinamos e aprendemos, somos capazes de construir e sistematizar os conhecimentos, porém nunca sozinhos, afinal, precisamos do outro para dialogar com nossas diferenças e assim aprender. Assim, explanada a ideia de que a inclusão possui boas chances de dar certo, o psicopedagogo institucional trabalha com o objetivo de conscientizar a comunidade escolar ao ato educativo, de oferecer igualdade de oportunidade a todos.

Os dados coletados constataram práticas inclusivas benéficas para o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com Síndrome de Down. Os resultados também indicaram um ensino baseado na diversidade, evidenciando a importância das atitudes, principalmente dos professores, para o sucesso da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão. Síndrome de Down. Educação Básica. Psicopedagogia institucional.

## ABSTRACT

The present study aimed to analyze the benefits of inclusion of students with Down syndrome in the early childhood regular education and it seeks to understand this process of inclusion. In this study, special attention is given to the possibilities of teaching in the regular school of early childhood education. For this, interviews with professionals of the municipal educational network of the CMEI at the eastern region of the city of Goiânia - Goiás were analyzed. In order to carry out this work, we tried to discuss the student's learning with Down syndrome in regular education, emphasizing the importance of the participation of all the pedagogical team, classmates, the whole school, aiming at the possibility of school inclusion, since even with differences, we all have the right to participate actively in the educational process. It should be pointed out that the survey and documentary analysis as basic methodological procedures for the accomplishment of this project, documentary and bibliographical researches from authors that discuss the school inclusion were carried out, as well as the inclusion of the student with Down syndrome in the regular education. This study's purpose is to demonstrate the importance of not distinguishing between people, regardless of their psychic or physical conditions, paying attention to avoid segregation, in other words, we all teach and we all learn, we are able to build and systematize the knowledge, but never alone, after all, we need the other to dialogue our differences and still learn. Thus, explaining the idea that inclusion has a good chance of succeeding, the institutional psycho pedagogy works with the purpose of making the school community aware of the educational act of offering equal opportunity to all.

The collected data showed beneficial practices for the academic and social development of students with Down Syndrome. The results also indicated diversity-based teaching, highlighting the importance of attitudes, to the success of inclusive education, especially teachers.

**Keywords:** Inclusion. Down's syndrome. Basic education. Institutional psychopedagogy.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 Fundamentação teórica .....</b>	<b>11</b>
1.1 ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR, CONTEXTO LEGISLATIVO, O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO .....	11
1.1.1 Inclusão escolar.....	11
1.1.2 Aspectos legislativos.....	13
1.1.3 O papel do psicopedagogo no processo de inclusão.....	13
1.2 CONCEITO E PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....	15
1.2.1 A Síndrome de Down .....	15
1.2.2 O Processo de aprendizagem do estudante com Síndrome de Down.....	16
1.3 TRABALHO PEDAGÓGICO.....	17
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	20
2.2 CAMPO DE ESTUDO .....	21
2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA .....	22
2.4 PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	22
<b>3 RESULTADOS/DISSCUSSÕES .....</b>	<b>24</b>
3.1 OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR .....	24
3.2 APROPRIAÇÃO SIGNIFICATIVA E AVALIAÇÃO.....	25
3.3. CONDIÇÕES CONCRETAS DO TRABALHO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO.....	26
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE A - Documento de anuencia apresentado a instituição .....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido .....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE C – Ficha de Identificação .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista.....</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a compreender como se dá o processo de inclusão, observada e analisada, do ponto de vista educacional, pedagógico e psicopedagógico, buscando os benefícios para o estudante com Síndrome de Down (SD) participando em uma turma regular de ensino. São intenções esclarecer as ferramentas necessárias para efetivar a inclusão, bem como definir este conceito, tanto do ponto de vista pedagógico quanto legal. O estudo em questão busca responder à questão: Quais são os benefícios relacionados à inclusão do estudante Síndrome de Down no sistema regular de ensino a partir de uma visão psicopedagógica institucional e constitucional?

Desta forma, buscou-se a compreensão do processo de inclusão de estudantes com SD por parte da perspectiva educacional (professor-aluno) em uma turma regular da educação básica, tendo em vista o que permeia a legislação sobre essa temática e a importância da legislação para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do estudante com SD. Assim, a fonoaudióloga Viviane Périco (do serviço de inclusão escolar da APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – de São Paulo) diz: [...] "Sabemos que é um desafio, mas acreditamos que a criança com Síndrome de Down tem condições, sim, de frequentar a escola regular".

Neste contexto vale destacar os benefícios acadêmicos que podem ser associados aos alunos com SD e quais são as estratégias pedagógicas que podem ser trabalhadas com esse estudante do ponto de vista social. Assim, essa pesquisa se torna relevante, tendo em vista que a inclusão não é apenas uma questão educacional, mas também de cidadania. Portanto, justifica-se a pesquisa apoiando-se no combate a preconceitos e o tratamento de forma justa: tratando a desigualdade na medida em que se desigual, ou seja, da forma mais isonômica possível.

Sob a ótica acadêmica, a presente pesquisa pretende formalizar um conhecimento teórico e prático que poderá vir a apresentar as características e os benefícios de uma educação inclusiva efetiva. Com isso, as seguintes reflexões se tornam relevantes: Identificar e analisar os benefícios da inclusão do estudante Síndrome de Down no sistema regular de ensino na perspectiva do professor; verificar se o estudante com Síndrome de Down, apresenta uma apropriação significativa dos conteúdos, como é avaliada a efetividade da aprendizagem desse aluno apontando a

necessidade de apoio pedagógico aos professores para efetivação da inclusão desse aluno.

No decorrer da pesquisa também foram levantadas respostas para: Qual compreensão do processo de inclusão de estudantes com SD por parte da perspectiva educacional (professor-aluno) em uma turma regular? O que permeia a legislação sobre a inclusão? Qual a importância do psicopedagogo institucional para processo de inclusão do estudante com SD? Quais benefícios acadêmicos podem ser associados aos alunos com SD? Quais são as estratégias pedagógicas que podem ser trabalhadas com esse estudante?

A pesquisa tem caráter qualitativo, inicialmente com base em pesquisa bibliográfica e análise documental, Pedron (2004, p.130) assinala que “a pesquisa bibliográfica consiste no exame do conjunto de livros escritos sobre determinado assunto ou de documentos deixados por autores conhecidos ou inéditos”. Seguida de entrevista semiestruturada, com base nos objetivos específicos, direcionada a professores da rede municipal de ensino da região leste de Goiânia, que vivenciam a experiência de inclusão em sala de aula.

O presente trabalho foi então estruturado em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, apresentam-se o referencial teórico a fim de proporcionar um alinhamento conceitual relacionado ao estudo. O segundo capítulo proporciona uma análise sobre aplicação do método proposto. No terceiro capítulo, apresento os resultados obtidos em função dos objetivos propostos. A discussão dos dados apresenta o resultado da entrevista semi estruturada.

No final do trabalho, tecemos algumas conclusões globais, onde reportam-se aos objetivos propostos e à questão norteadora.

## 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 1.1 ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR, CONTEXTO LEGISLATIVO, O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

#### 1.1.1 Inclusão escolar

Compreende-se a inclusão por um processo educativo que permite a participação irrestrita de todos os estudantes, respeitando as características e necessidades de cada um, ou seja, educando-se em conjunto, em salas acordais. Desta forma, segundo Mantoan (2003, p. 24) a respeito desta dinâmica demonstra: “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Conforme a autora expõe, no processo de inclusão, professores e alunos aprendem juntos uma lição muito relevante, que é saber respeitar as diferenças, e assim sendo, pode-se afirmar que esse é o primeiro passo para se construir uma sociedade mais justa.

Kunc (1992 apud MRECH, 2004, p. 14), fala sobre inclusão: "o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo".

Nos métodos segregacionistas de início, buscava-se educar o “deficiente” entre seus iguais, afastando-os do restante da sociedade. A deficiência era tida como própria do indivíduo e a ciência empenhava-se em caracterizar e categorizar os distúrbios a partir de um modelo médico da deficiência, amparado na categorização, na prevenção e na busca de cura. “A segregação”, diz Mendes (2006, p. 387-388), “[...] era baseada na crença de que eles (crianças e jovens com deficiência) seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados”.

A partir de muitas pesquisas realizadas neste sentido, é possível repensar a prática educativa e implementar a educação inclusiva:

A partir de muitos depoimentos representados por este, de uma supervisora da Instituição pesquisada, foi possível repensar a prática educativa e ousar implementar a educação inclusiva: A escola está acostumada a trabalhar com a homogeneidade e não com a diversidade. Mas temos que mudar. Estamos trabalhando no começo do terceiro milênio. Se você estudou nos anos 70...

no regime militar, você vai cantar hino, todos os sujeitos da sua época vão saber isso. O que a educação inclusiva propõe é que, no interior da coletividade, seja sinalizada a igualdade de oportunidade, a igualdade de estar, a igualdade de ser sujeito no mundo... (CAIC, 22.05.2006, Entrevista 08 – SP apud FERREIRA 2007 p. 557).

Desta forma, um relatório realizado para a Unesco (1999, p. 89-102), abordando a temática sobre o ensino e a inclusão, um livro foi lançado com este relatório que tem por nome “Educação: um Tesouro a Descobrir”, que dialoga sobre os “quatro pilares da educação”. Conforme esse relatório, a educação ao longo da vida fundamenta-se em quatro pilares que são: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”.

Podemos observar então que, os preceitos educativos acercam-se a privilegiar a promoção do conhecimento em detrimento de outras maneiras de aprendizagem, porém o relevante é conceber a educação na totalidade. Assim, a inclusão deve inspirar e orientar as reformas educativas visto que, em um desses “quatro pilares” o aprender a viver juntos sugere a compreensão do outro e a percepção das interdependências, trazendo uma capacidade de autonomia, discernimento e de responsabilidade individual.

A inclusão no ensino regular não prevê a existência de salas para alunos deficientes. Todos frequentam salas regulares, e participam das atividades propostas, de acordo com suas capacidades e habilidades. Assim, Mantoan (2003) chama a atenção para o fato de que a “inclusão é uma modalidade de educação para todos e com um ensino especializado no aluno”.

Em face do que foi exposto, vale lembrar que o princípio da educação inclusiva consiste em que

... Todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva(...) (UNESCO, 1994 apud MENDES, 2002, p.75).

### 1.1.2 Aspectos legislativos

Atualmente existem várias leis, decretos, entre outros, voltados a assegurar e promover o direito das pessoas com necessidades especiais. No Brasil se fala pela primeira vez de inclusão do aluno com necessidades especiais na rede regular, no ano de 1960 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 4.024/61 (BRASIL, 1961).

O grande marco histórico da inclusão acontece em junho de 1994, com a declaração de Salamanca que tem como objetivo guiar os estados membros à equalização de oportunidades para todos. Uma escola onde todas as crianças aprendem juntas independente de suas dificuldades ou diferenças.

Em resposta à Declaração de Salamanca, é sancionada no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB9394/1996), reafirmando o direito a educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece também normas para a educação especial:

#### Capítulo V – Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.  
§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.  
(BRASIL, 1996)

E por fim, temos a lei Brasileira de Inclusão lei nº13.146/2015 (BRASIL, 2015), que no artigo 27 assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis. A lei também prevê punição para a instituição que negar vaga ao estudante com necessidades especiais.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.  
Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

### 1.1.3 O papel do psicopedagogo no processo de inclusão

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio ,família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da psicopedagogia (BRASIL, 1993).

No Brasil, a psicopedagogia surge na década de 80, em forma de psicopedagogia diagnóstica. Após várias reflexões e estudos sobre as dificuldades de

aprendizagem, surge a psicopedagogia no âmbito institucional, deixando de ser apenas clínico e configurando o trabalho preventivo.

Nesse sentido, o psicopedagogo intervém no processo de aprendizagem e seus bloqueios, seja ele cognitivo, psicomotor ou afetivo, ajudando o estudante a explorar suas capacidades e superar suas limitações.

[...] apesar de a psicopedagogia ter surgido como uma disciplina complementar da psicologia e da medicina, devido a necessidade do atendimento ao aluno com dificuldade de aprendizagem, atualmente esse ramo preocupa-se não só com o aluno e sua família, mas com tudo que o cerca, influencia e constrói: a escola como instituição, a comunidade onde estão inseridos, os professores, a equipe técnica administrativa. [...] dessa forma, é preciso lançar seu olhar para a comunidade, a sociedade e a cultura. (ASSIS, 2007, p. 19/20).

De acordo com Neves (2001, p.12), "a psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos".

Para Alessandrini (1996, p.125), o papel do psicopedagogo em instituições de ensino:

O psicopedagogo pode reprogramar projetos educacionais facilitadores de uma aprendizagem mais dinâmica e significativa, supervisionando programas, treinando educadores e atuando junto a profissionais de educação, ou então buscando o aprimoramento da qualidade de aprendizagem do sujeito que apresenta dificuldades escolares.

Assim, o trabalho do psicopedagogo no ambiente escolar inclusivo é imprescindível, não só por auxiliar o estudante com necessidades educacionais especiais, mas todos os envolvidos nesse processo, seja na construção da afetividade professor-aluno, seja orientando os pais ou promovendo encontros de formação e discussões em que sejam apresentadas novas possibilidades de aprendizagem para esse estudante. Sobretudo conscientizar que para o sucesso da inclusão é necessário o trabalho em equipe, envolvendo toda a comunidade escolar.

Pensar a escola, a luz da psicopedagogia significa analisar um processo que inclui questões metodológicas relacionais, e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade. (BOSSA, 2000, p.91)

A implantação do serviço de psicopedagogia dentro da instituição de ensino coopera para um trabalho multidisciplinar mais flexível, com abertura para

metodologias mais adequadas as necessidades do estudante que apresenta uma necessidade especial.

Um olhar clínico que se abre para o novo e o diferente, capaz de auxiliar o estudante a desenvolver em plenitude suas potencialidades.

Pautadas por essa perspectiva sobre o trabalho do psicopedagogo institucional, listamos algumas de suas atribuições segundo Bossa (2000, p. 91-93):

- Avaliar o aluno e identificar seus pontos fortes e áreas que precisam ser mais trabalhadas;
- Contribuir com a formação continuada dos profissionais da educação, visando à qualidade do ensino;
- Selecionar estratégias facilitadoras da aprendizagem;
- Apoiar o professor quanto às intervenções que possam favorecer a aprendizagem do aluno;
- Colaborar com a gestão escolar na elaboração do PPP;
- Orientar a famílias ou responsáveis no processo de inclusão;
- Promover espaços realmente inclusivos de participação e de aprendizagem
- Auxiliar no planejamento das atividades pedagógicas relativas ao trabalho desenvolvido na sala de aula comum e no Atendimento Educacional Especializado.

## 1.2 CONCEITO E PROCESSO DE APRENDIZAGEM

### 1.2.1 A Síndrome de Down

Tendo em vista a temática da pesquisa, a Síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou Trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população.

Esse excesso de carga genética está presente desde o desenvolvimento intrauterino e caracterizará o indivíduo ao longo de sua vida, como o déficit intelectual. Uma parcela das crianças que nascem com Síndrome de Down, apresenta outros problemas de saúde: cardiopatia congênita; hipotonia; problemas de audição; de visão;



alterações na coluna cervical; distúrbios da tireoide; problemas neurológicos; obesidade e envelhecimento precoce.

Algumas das características físicas mais comuns são: olhos amendoados, mãos pequenas e dedos curtos, tônus muscular diminuído, cabelos finos e ralos, excesso de pele na região do pescoço, dobra única na mão, cabeça pequena, baixa estatura. Contudo apresentam personalidades e características diferentes e únicas.

Entretanto, afirmar que essas características o torna doente fortalece-se o preconceito, e a falta de informação ainda é comum quando o assunto é a síndrome de Down.

### **1.2.2 O Processo de aprendizagem do estudante com Síndrome de Down**

O estudante com Síndrome de Down apresenta idade cronológica diferente da idade funcional. Assim o seu ritmo de aprendizagem é mais lento, mas não inviável:

Schwartzman (1999, p. 246) revela que o fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou “demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente”.

Conforme orienta a Federação Brasileira das associações de Síndrome de Down (1999, p.33) “os trabalhos de intervenção da criança com síndrome Down devem iniciar-se logo no primeiro ano de vida.

Com relação à estimulação precoce destaca:

... a estimulação precoce é uma série de exercícios que visa a desenvolver as capacidades da criança, de acordo com a fase de desenvolvimento em que ela se encontra. O desenvolvimento global da criança depende muito do ambiente em que vive, devendo ser tranquilo, fornecendo a criança estímulos variados. É importante realizar as atividades de estimulação diariamente, buscando sempre o envolvimento da família, a fim de que haja uma continuidade no que a criança vivencia, utilizando, paralelamente, um trabalho de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional (MUSTACCHI; RAZONE 1990, p. 87).

É de destaque a importância da família nessa primeira infância, isso se corrobora quando Carvalho (2004, p.51) diz que “a participação da família é da maior relevância não só como fonte de informações e esclarecimentos, como para o processo decisório quanto ao atendimento educacional recomendado”.

Ainda sobre o envolvimento da família (PUESCHEL, 1995, p. 50) aconselha que a “família receba instruções voltadas aos aspectos neuropsicomotores, pelo fato da criança com SD ser hipotônico”.

... a hipotonia interfere nas aquisições do desenvolvimento motor da criança; nas habilidades, nas suas interações com o ambiente, retarda ou bloqueia sua exploração, diminuindo ou produzindo déficit de sensações e vivências, dificultando o desenvolvimento cognitivo (GUSMAN, 1999, p.176).

De acordo com Lima (1990, apud MARTINS, 1996, p. 272) "viver e desenvolver-se implica em transformações contínuas que se realizam através da interação dos indivíduos entre si e entre os indivíduos e o meio no qual se inserem". Sob este prisma, entendemos que as interações sociais do estudante com Síndrome de Down, sobretudo no ambiente escolar, ampliam suas possibilidades de desenvolvimento. Conforme Allwright (1984 apud BARBIRATO, 2005, p.49), "a interação é um aspecto do qual não se pode escapar e um ponto inescapavelmente crucial da vida da sala de aula." Sendo importante destacar o papel do professor nessas relações.

### 1.3 TRABALHO PEDAGÓGICO

A construção do conhecimento é um processo que resulta da atividade cognitiva do sujeito em relação com o outro e o objeto de conhecimento. Assim, nesse processo relacional e educacional, o professor e sua concepção sobre educação inclusiva são fatores primordiais.

Segundo Sousa (2008, p. 10), é necessária a "reformulação da práticas pedagógicas de forma a atender a todas as crianças que precisam de escola". Desta maneira na educação inclusiva, a escola precisa se adaptar às necessidades e especificidades dos alunos, garantindo não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem, como, o desenvolvimento integral desse estudante.

De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7).

Nessa direção reconhecemos a importância de investimentos na formação continuada do educador. Promovendo meios de articular antigos e novos conhecimentos da prática pedagógica, concebendo soluções novas e criativas para o atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais. Desta forma:

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante

a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75).

Podemos observar que o estudante com Síndrome de Down experimenta na inclusão percepção da autoconfiança, e, por conseguinte uma melhora de suas habilidades na capacidade de participar e interagir em atividades com seus colegas de classe. O atendimento a esse estudante deve acontecer de forma gradual, respeitando seus limites. Desta forma o papel do professor é fundamental, agindo como facilitador do processo de ensino aprendizagem e socialização desse estudante.

Nesse sentido Cury (2003, p.65) afirma que:

Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.

O ser humano é sujeito sócio histórico e de direitos que constrói sua história a partir de suas interações com o meio e com o outro. Desta forma torna-se imprescindível a mediação do educador para estimular as interações do SD com o grupo. O uso de metodologias variadas e específicas para este aluno é também fator importante para alcançar os objetivos propostos e contribuir para seu desenvolvimento social, cognitivo e motoro.

Dentre as abordagens encontradas para o ensino da aprendizagem em estudantes com Síndrome de Down, destacamos a abordagem fônica de exercício, que reforçam as habilidades motoras, envolvendo o ritmo e as rimas e o método multissensorial que busca combinar o uso de duas ou mais modalidades sensoriais com vista a adquirir ou a expressar informação.

Dessa forma, Capovilla e Seabra (2010, p.79) afirmam que “[...], ensinar crianças a manipular fonemas em palavras é altamente eficaz sob uma variedade de condições de ensino, com uma variedade de educandos em diversas series escolares e faixas etárias”.

É importante ressaltar que toda escola elabora o projeto político-pedagógico (PPP) da maneira que achar mais adequada, criando projetos pedagógicos que sejam, em parte, contextualizados à sua realidade. Neste sentido, o PPP tem a necessidade de expressar as reflexões e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola. Neste sentido, segundo Ferreira (2003, apud FERREIRA, 2006, p 17), o PPP:

[...] deve ser pensado, estudado, refletido, debatido e construído coletivamente com o que existe, no mundo, de mais atual, mais avançado e de melhor qualidade para formar “seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter.

Percebemos assim que a escola inclusiva elabora o seu PPP contemplando a diversidade, propondo ações e estratégias de inclusão. Assim como a elaboração da PPP, se faz necessário o uso de um currículo flexibilizado para atender o estudante com necessidades especiais. O uso de jogos, brincadeiras, materiais lúdicos, grandes e chamativos são instrumentos valiosos para compor esse currículo. Piaget (1962 e 1976) diz que “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável á prática educativa” (...)

O currículo é o que as crianças e professores produzem ao trabalhar com os mais variados materiais, os objetos de estudos que podem incluir os mais diversos elementos da vida das crianças e de seu grupo ou as experiências de outros grupos e de outras culturas que são trazidas para o interior da creche e da pré-escola, portanto, não é conhecimento preexistente que constitui o currículo, mas o conhecimento que é produzido na interação educacional. (CRAIDY ; KAERCHER, 2001, p.18)

Entretanto, o estudante com Síndrome de Down só terá êxito no seu processo de aprendizagem, se estiver em um ambiente tranquilo, agradável, ao contrário os efeitos serão prejudiciais ao seu desenvolvimento.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é a investigação intelectual empreendida para descobrir, interpretar e rever o conhecimento científico atual de um assunto relevante para as necessidades da sociedade.

Para Fred Kerlinger (1973, p. 11) a pesquisa científica: “[...] é uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de proposições hipotéticas sobre supostas relações entre fenômenos naturais”

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como pesquisa qualitativa. Isto porque busca compreender profundamente o que está sendo estudado e coloca o pesquisador próximo do seu objeto de estudo. E para esta abordagem metodológica a entrevista tem se mostrado de grande eficiência para coleta de informações.

Segundo Ludke e André (1986, p. 34) “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada”.

Conforme descreve Minayo (2010, p. 57), a pesquisa qualitativa pode ser definida como:

... é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões, as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Vale ressaltar que a elaboração desse trabalho pressupôs levantamento bibliográfico a fim de conceituar adequadamente a importância da inclusão escolar.

A pesquisa científica exige que o pesquisador siga um método. Mário Bunge define método como “[...] um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual” (BUNGE, 1980, p. 19).

Nessa perspectiva o desenvolvimento e estruturação da pesquisa tem como metodologia de investigação a entrevista semi-estruturada, definidas por Cannel e Kahn (1974 p. 52) como “uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados”.

No primeiro momento procurou-se atender a todos os requisitos éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos conforme estabelece a resolução CNS 466/12, utilizando o documento de anuência da escola para observação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aceite do colaborador em participar das entrevistas, Ficha de identificação dos participantes; para ser utilizada com as professoras e entrevista com 8 questões abertas, elaboradas com base nos objetivos da pesquisa.

Para a realização das entrevistas marcaram-se reuniões na própria instituição e de acordo com a disponibilidade de tempo das professoras, utilizamos a sala dos professores, onde estavam presentes apenas a professora entrevistada e a pesquisadora. Cada entrevista teve duração média de uma hora.

## 2.2 CAMPO DE ESTUDO

O CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), onde foram realizadas está localizada na região leste de Goiânia- Goiás, começou a funcionar no ano de 2006, abriga 180 crianças com idade entre 6 meses e 5 anos e 11 meses.

A unidade conta com 8 salas de aula, sendo que uma tem banheiro privativo, para proporcionar mais conforto aos mais pequeninos, 4 banheiros, cozinha, sala dos professores, secretaria, diretoria e amplo espaço de playground para as crianças.

No levantamento de informações sobre os alunos, constatou-se que o CMEI em questão, atende alunos com Necessidades Educacionais Especiais, sendo dois alunos com Encefalopatia Crônica não progressiva, um aluno com síndrome de Asperger, um aluno com síndrome de Down e um aluno com autismo.

A instituição atende crianças de vilas e bairros próximos à escola. A clientela da escola, quase na sua totalidade, é composta por alunos provenientes de famílias de baixa renda, muitas delas em situações de vulnerabilidade social.

As salas são amplas, possui um quadro negro, uma mesa e um armário de uso do professor, 6 mesas e 24 cadeiras para os alunos, estante com brinquedos e colchonetes para o momento do descanso. As práticas pedagógicas com as crianças procuram fazer uso de diversos materiais como alfabeto ilustrado, tintas, colagens, jogos e brincadeiras que trabalham a coordenação motora, por meio de músicas e contos que procuram despertar e desenvolver o imaginário infantil, entre outros.

## 2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos da pesquisa selecionamos 3 professoras e 1 coordenadora pedagógica, da mesma instituição. Destacamos que todas têm experiência com a educação inclusiva e todas trabalharam com o estudante SD.

O estudante com Síndrome de Down tem 5 anos, estuda na instituição desde os 3 anos, no período integral. É muito curioso, adora interagir com os colegas. Apresenta dificuldade de verbalização e concentração, características comuns da síndrome. Durante o tempo que estive presente na instituição pude perceber que o aluno SD participou das atividades propostas sem resistência, porém de acordo com suas limitações e tempo de concentração. Atendeu aos comandos e orientações da professora, compreendeu o que lhe foi proposto sem dificuldades. Por vezes se levantava e saía da sala para ver o que estava acontecendo do lado de fora. Também buscava brinquedos na estante que lhe chamavam a atenção. Suas interações sociais se mostraram bem amigáveis e por vezes quando estava em espaços maiores e com outros agrupamentos, abraçava e beijava crianças menores como das salas de 1 e 2 anos. Em alguns momentos e dias se mostrava mais inquieto e impaciente, sendo necessário a intervenção e mediação das educadoras para acalmá-lo e ajudá-lo na execução das tarefas e atividades para o dia.

## 2.4 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

É imprescindível ressaltar que todos os envolvidos receberam nomes fictícios, afim de preservar suas identidades conforme acordado no termo de consentimento livre e esclarecido.

Entrevistada número 1 - Yasmim- professora no período vespertino- 30 anos de docência - formada em Pedagogia e Psicologia- especialização em Neuropedagogia e em Reabilitação Cognitiva.

Entrevistada número 2- Lis- professora no período matutino- 12 anos de docência – formada em pedagogia- especialização em psicopedagogia.

Entrevistada número 3 - Rosa- professora no período matutino (divide a sala com a Lis, devido ao número de alunos) - 17anos de docência – formada em pedagogia- especialização em psicopedagogia e psicomotricidade.

Entrevistada número 4 - Melissa- coordenadora pedagógica- 22 anos de docência – sendo 3 na coordenação- formada em pedagogia- especialização em coordenação pedagógica e educação infantil.



### 3 RESULTADOS/DISCUSSÕES

Acredita-se que ao retratar a inclusão do Estudante com SD, o profissional da educação envolvido nesse processo precisa ser ouvido. Dessa forma, criou-se para esta etapa do estudo tópicos com a transcrição das respostas das entrevistadas, com os seguintes temas: Os benefícios da inclusão escolar, Apropriação significativa e avaliação de aprendizagem do estudante com Síndrome de Down e as condições para a efetivação da inclusão

#### 3.1 OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Como já mencionado anteriormente a inclusão escolar vai além de mudanças nas diretrizes curriculares, vai além de leis que assegura a vaga desse estudante na classe comum. Estamos falando de ações educativas desvinculada das marcas do preconceito e da discriminação. Uma inclusão democrática, participativa, que contemple a diversidade. Dessa forma buscamos em uma escola inclusiva, professoras com o perfil esperado e dispostas a falarem sobre o tema abordado. Assim, nos próximos tópicos veremos a percepção dessas professoras sobre a inclusão do estudante com Síndrome de Down.

A criança tem o direito de estar matriculada em uma escola regular e com isso aprende a se socializar, desenvolve sua capacidade com seus pares e vivencia a rotina da instituição como as outras crianças.

(Melissa - novembro de 2016)

A inclusão é muito favorável, pois além da socialização, a criança pode aprender com crianças que não possuem deficiências, sendo assim de fato, incluída na sociedade.

(Yasmim - novembro de 2016)

Na minha opinião, o maior benefício é o aprendizado cooperativo, as crianças crescendo respeitando as diferenças, sendo mais solidárias.

(Rosa - Novembro de 2016)

Tenho percebido que as crianças inseridas na educação regular, possuem a possibilidade de uma maior socialização e isso acaba ajudando-a e interferindo de forma positiva em seu desenvolvimento como um todo.

(Lis - Novembro de 2016)

É importante ressaltar que as 4 entrevistadas concordam que existe benefícios na inclusão escolar e afirmam que o maior benefício observado pelas mesmas é a socialização entre os estudantes. Segundo Minetto (2008, p. 19): “A

educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. ”

### 3.2 APROPRIAÇÃO SIGNIFICATIVA E AVALIAÇÃO

A construção do conhecimento é um processo que resulta da atividade cognitiva do sujeito em relação ao outro e o objeto de conhecimento. Assim, nesse processo relacional e educacional, o professor e sua concepção sobre educação inclusiva são primordiais.

Percebemos em nossa pesquisa que as entrevistadas dão ênfase a aprendizagem significativa, levando em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes em especial o estudante com Síndrome de Down, sempre respeitando o seu ritmo de aprendizagem. Corroborando Goulart (2000, p. 113) “uma aprendizagem deve ser significativa, isto é, deve ser algo significante, pleno de sentido, experiencial, para a pessoa que aprende. [...] Rogers caracteriza a aprendizagem significativa como auto-iniciada, penetrante, avaliada pelo educando e marcada pelo desenvolvimento pessoal”.

É claro que ele não acompanha os demais, porém consegue de seu jeito, assimilar muita coisa que é trabalhada. Ele é mais lento em seu desenvolvimento, temos que acompanhá-lo mais de perto incentivando-o com mais cautela, estamos sempre ao seu lado.

(Lis - novembro de 2016)

Ele conseguiu reter boa parte do que está sendo trabalhado, consegue participar das rodinhas e fazer colagens, aprendeu a fazer sua higienização, comer sozinho, brincar com as outras crianças, etc.”

(Yasmim - novembro de 2016).

Ele aprendeu muito, participa de jogos e brincadeiras em grupo, faz atividades de recortes, pinturas utilizando várias partes do corpo, atividades que não realizava no início do ano, brinca no parquinho, adora circuitos com obstáculos.

(Rosa - Novembro de 2016)

Dentro das suas limitações, ele apresentou sim uma aquisição significativa, participa mais das atividades, usa o pincel para pintar, interage com as crianças no parque.

(Melissa - Novembro de 2016)

Referente a avaliação da aprendizagem Vasconcellos (2000 p. 55) afirma: “Muitos fatores que interferem no problema da avaliação estão fora do raio de ação imediata do professor, no entanto, a mudança de postura está ao seu alcance”.

É fato certo que a avaliação educacional do estudante com necessidades especiais requer reflexão sobre as diferentes formas avaliar e conhecer esse estudante.

Diante destas considerações podemos observar na fala das professoras entrevistadas, a preocupação em ter uma nova postura, uma avaliação dinâmica, centrada no aluno.

Longe de nós avalia-los pensando em comparar com as demais crianças. Cada avanço é uma comemoração de nossa parte que é registrada para compor seu relatório individual.

(Yasmim - Novembro de 2016)

O avaliamos de acordo com seu desenvolvimento geral desde seus primeiros dias na instituição.

(Rosa - Novembro de 2016)

A avaliação é realizada individualmente, diariamente na realização das atividades propostas a ele.

(Lis - Novembro de 2016)

Não comparamos uma criança com a outra e sim com ela mesma. Cada um tenta superar suas dificuldades e barreiras através do que é proposto a ela e a turma.

(Melissa - Novembro de 2016)

Tendo em vista as considerações até aqui feitas, podemos dizer que a avaliação de aprendizagem é fundamentada na observação sistemática de cada estudante, sempre respeitando seu ritmo de aprendizagem.

### 3.3. CONDIÇÕES CONCRETAS DO TRABALHO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO

Ao tratar a inclusão escolar no ensino regular, particularmente a inclusão do estudante com Síndrome de Down, sinalizamos a necessidade de apoio pedagógico aos professores, para que sejam dadas as oportunidades adequadas para a efetivação da inclusão desse estudante, que independente de suas dificuldades seja capaz de desenvolver suas potencialidades. Visto que esses profissionais devem estar aptos para tais questões, pressupõe uma grande reforma educacional.

Neste contexto, Carvalho (2004, p.77) afirma:

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras... Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

Assim, quando se questiona sobre o que a Escola tem feito para melhorar o atendimento ao aluno com Síndrome de Down na educação infantil, a coordenadora do CMEI da região Leste da cidade de Goiânia diz:

Acredito que somente o fato de já estar inserindo a criança com Síndrome de Down no contexto escolar, já é um grande avanço na educação. Geralmente nós temos que correr atrás sozinhas e estudar sobre como agir e as melhores formas de auxiliá-las. No ano de 2015 formamos grupos de estudo, e desde então nos reunimos uma vez a cada duas semanas, escolhemos um livro e uma metodologia a ser trabalhada, tem sido muito gratificante, aprendemos muito com esse projeto, que nos permitiu refletir sobre a nossa prática educativa.

(Melissa - Novembro de 2016)

Outro fator importante que cabe mencionar, diz respeito a existência de equipe multidisciplinar que apoia essas professoras. De modo geral as entrevistadas disseram existir uma equipe da secretaria Municipal de educação preparada para atender os CMEI.

Fazemos encaminhamentos para a Secretaria através de ofício entregue as equipes que acompanham a instituição solicitando acompanhamento e solicitando também um cuidador para a criança que necessita de acompanhamento individualizado. O problema está na demorada ao atendimento, já ficamos quatro meses aguardando por um profissional.

(Melissa - Novembro de 2016).

O Centro Municipal de Apoio à Inclusão (CMAI) tem uma equipe muito boa, mas são poucos para atender todo o município, a demora na devolutiva prejudica o nosso trabalho e também o desenvolvimento do aluno. Quando o acompanhamento é feito direitinho a gente nota melhorias no processo de aprendizagem do aluno.

(Lis - Novembro de 2016)

O Bom do CMAI é que não só os estudantes recebem acompanhamento, mas os pais também, quando a família aprende a estimular o filho em casa aumenta as chances de chegarmos ao final do ano com um resultado bem positivo.

(Yasmim - Novembro de 2016)

As devolutivas da equipe multidisciplinar são muito importantes para o planejamento das nossas aulas, servem de parâmetro para elaborar atividades que contribuam com o desenvolvimento do aluno, infelizmente a secretaria não disponibiliza profissionais suficientes, sobrecarregando as existentes.

(Rosa - Novembro de 2016)

Para Mantoan (2003, p. 21), é o “projeto político- pedagógico que vai definir a formação de turmas, as práticas de ensino e a avaliação serão revistas e reestruturadas, de acordo com as diretrizes da educação inclusiva”. Em relação ao PPP da escola as entrevistadas afirmam que o projeto contempla o atendimento a diversidade.

O PPP contempla o atendimento a diversidade e o aparato que a equipe terá de atender e ensinar a todos.

(Lis - Novembro de 2016)

O projeto político pedagógico da nossa instituição está descrito cautelosamente e contempla a inclusão não só do estudante com Síndrome de Down, mas de todos que recebemos.

(Melissa - Novembro 2016)

Outro aspecto importante presente na fala das entrevistadas é sobre o processo de adaptação e receptividade desse estudante na sala de aula. Consideram a matrícula apenas o primeiro passo, fazer com que o aluno seja incluído e não apenas inserido é o grande desafio.

Posso dizer que a adaptação foi igual as demais, não chorou, mas quis explorar os espaços, materiais e objetos ao seu redor. As crianças receberam o colega com de Síndrome de Down com naturalidade. Trabalhamos com rodinhas para falar sobre as diferenças e as diferentes formas de aprender e de ser de cada um.

(Yasmim - Novembro de 2016)

No início foi difícil pois ele ficava inquieto e não queria ficar em sala. Depois foi se adaptando. No primeiro bimestre fizemos várias atividades para falar sobre nossas diferenças, uma bem legal é a que eles ficam em pares e falam em que se parecem e em que se diferenciam. A turma é muito carinhosa com o colega.

(Lis - novembro de 2016)

Esse agrupamento é muito bom, as crianças são meigas e muito receptivas, eles demonstram muito carinho e cuidado com o colega. A adaptação é um processo mais trabalhoso, mas como ele já era aluno da instituição já estávamos preparadas para recebe-lo.

(Rosa - Novembro de 2016)

A partir desta dinâmica, o posicionamento escolar, do ponto de vista institucional em relação a inclusão, tem demonstrado benefícios acadêmicos e sociais para todos os alunos. Essa prática não tem caminhos prontos, ela ocorre a partir da desconstrução das práticas excludentes. Assim, a aceitação da diversidade desenvolvida na escola é expandida para o ambiente familiar e, por conseguinte, para a comunidade.

Qualquer dificuldade neste processo deverá ser analisada como uma responsabilidade de todos os envolvidos. O professor torna-se figura fundamental, o colega de classe também se faz importante neste processo, o planejamento das atividades torna-se tarefa essencial e a escola, o lugar de construção humana.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a estudar e analisar a importância da inclusão escolar de alunos com Síndrome de Down no ensino regular da educação infantil. Assim, através desse estudo é possível observar os entraves do ensino e as possibilidades de se adquirir conhecimento através de linguagens múltiplas, sobretudo a cotidiana.

Pode-se verificar que os objetivos apresentados para a realização desta pesquisa foram explorados atentamente, buscou-se apresentar várias opções para se ensinar na inclusão do aluno com síndrome de Down juntamente com os profissionais da educação em sala de aula.

Em virtude disso, foram apresentadas algumas entrevistas com profissionais da educação cuja formação é continuada, ou seja, possuem capacitação para abraçar a inclusão de forma mais que social, demonstrando que é possível um aluno com qualquer tipo de carência aprender e se tornar um cidadão para a vida.

Com a análise das entrevistas podemos observar que a maioria dos professores se depara com algumas dificuldades, entretanto, nota-se uma melhora significativa no que diz respeito a aprendizagem desses alunos. A pesquisa consegue ressignificar a imagem sobre a inclusão escolar.

Destaca-se também que com a capacitação dos professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com SD se tornam significativos, vista as várias formas de ensinagem, técnicas, ou seja, um leque de possibilidades para se aplicar de forma lúdica, significativa, e porque não dizer inclusiva as disciplinas necessárias para a formação do caráter crítico do aluno com/sem síndrome de Down.

Desta forma, podemos perceber as vantagens da inclusão na escola, na sociedade pois como mencionado, tudo isso são elementos apropriados que possibilitam o desenvolvimento do ser humano, da apropriação da autonomia do sujeito.

Por fim, verifica-se que a inclusão realmente abarca todos os preceitos do saber, mostra que nesta perspectiva pode-se ensinar e aprender mais do que imaginamos, de várias maneiras, depende apenas do compromisso, da vontade e da seriedade com que efetivada para os alunos e para a sociedade.

Independente das barreiras a serem superadas, a instituição mostrou-se preparada e capaz para receber a criança com SD, destacando o trabalho em conjunto e a importância da formação continuada dessas profissionais, visto que a educação inclusiva não se faz no improviso. A falta de recursos financeiros e materiais, a ausência de equipes de apoio são barreiras a serem superadas, se faz necessário a preocupação dos níveis governamentais, juntamente das instituições escolares, para a adequação estrutural, organizacional, pedagógica e humana da escola. No entanto, elas não devem imobilizar a busca por uma escola inclusiva.



## REFERÊNCIAS

ALLESSANDRINI, C. D. **Oficina criativa e Psicopedagogia**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1996. 125p.

ASSIS, A. L. A. **Influências da psicanálise na educação: uma prática psicopedagógica**. 2. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2007.

BARBIRATO, R. C. **Tarefas geradoras de insumo e qualidade interativa na construção do processo de aprender língua estrangeira em contexto inicial adverso**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BOGDAN, R; BILKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma Introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed; 2000. 91p.

BRASIL. **Código de ética da associação brasileira de psicopedagogia**. ABPp. 1993. Disponível em: [http://www.abpp.com.br/leis\\_regulamentacao\\_etica.htm](http://www.abpp.com.br/leis_regulamentacao_etica.htm). Acesso em 01/09/2016.

BRASIL. Federação das Associações de Síndrome de Down **Perfil das Percepções sobre Pessoas com Síndrome de Down e do seu Atendimento: Aspectos Qualitativos e Quantitativos**. Relatório resumido - Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Brasília: Ministério da educação, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 4.024 de 61 de dezembro de 1961. Brasília: MEC. 1961.

BRASIL. **Lei n. 13,146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC. 2015

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2000.

BUNGE, M. **Epistemologia**. São Paulo: Edusp, 1980.

CANNEL, C. F; KAHN, R. L. Coleta de dados por entrevista. In: FESTINGER, L. & KATZ, D. **A pesquisa da psicologia social**. Rio de Janeiro, EFGV, 1974.

CAPOVILLA, F; SEABRA, A. G. **Alfabetização: Método Fônico**. 5. ed. São Paulo: Memmon, 2010.

CARVALHO, R. É. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CRAIDY, C; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil - Pra que te quero?** Porto Alegre: Arned, 2001.

CURY, A. J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 543-560, set./dez. 2007

FERREIRA, W. B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: **Ensaio Pedagógico - Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

GOULART, I. B. Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos. **Aplicações à prática pedagógica**. 7 edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000

GUSMAN, S. **Fisioterapia na Síndrome de Down**. In: In: SCHWARTZMAN, J.S (org.). Síndrome de Down. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999. p.167-205.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KERLINGER, F. N. **Foundations of behavioral research**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986. 99p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas. Editora Summus Editorial, 2003.

MARTINS, J. B. **Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar**. Semina: Ci.Sociais/Humanas, v. 17, n. 3, p: 266-273, 1996.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-388, 2006.

MENDES, E. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. In: PADILHA, M. S. e MARINS, S. C. F. (orgs). **Escola Inclusiva**. p. 61 – 85 São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINETTO, M. F. **Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio**. 2.ed.rev. atual. ampl. Curitiba: ibpex, 2008.

MRECH, L. M. **Educação inclusiva: realidade ou utopia?** (on line). 2004. Disponível na Internet via WWW URL: [http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_ei\\_realidade\\_ou\\_utopia.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_ei_realidade_ou_utopia.asp). Acesso em 12.10.2016.

MUSTACCHI, Z., RAZONE, G. **Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos**. São Paulo: CID Editora, 1990.

NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEDRON, A. J. **Metodologia científica: auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa**. 5 edição. Scala Gráfica e Editora, Brasília (DF), 2004.

PIAGET, J. **Play, Dreams and Imitation in Childhood**. New York: W. W. Norton, 1962.

PIAGET, J. **Problemas Gerais de Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns**. Lisboa: Bertrand, 1976.

PUESCHEL, S. **Síndrome de Down, guia para pais e educadores**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 105-114 p.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 1999.

SOUSA, M. G. S.. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- PI: revelações a partir de histórias de vida**. 2008, 130 f.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

VASCONCELLOS, C. S. Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar. *Cadernos Pedagógicos do Libertad*. v. 3, 14ª ed. São Paulo: Libertad, 2000.

**APÊNDICE A – Documento de anuência apresentado a instituição**

Goiânia-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Prezada Profa. Marília de Queiroz Dias Jácome  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB

O/A coordenador/a, diretor/a) do/a (escola), (Dr<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Diretor/a Nome do responsável) vem por meio deste informar que está ciente e de acordo com a realização nesta instituição da pesquisa intitulada “Inclusão da criança com Síndrome de Down”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Chediak, a ser realizada no período de “*período da pesquisa*”. Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora o uso do espaço físico para a observação em sala de aula e nos demais espaços da escola.

O pesquisador responsável declara estar ciente das normas que envolvem as pesquisas com seres humanos, em especial a Resolução CNS n<sup>o</sup> 466/12 e que a parte referente à coleta de dados somente será iniciada após a aprovação da pesquisa por este Comitê e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), se também houver necessidade.

---

Nome e carimbo com o cargo do representante da instituição onde será realizada a pesquisa

## **APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).**

**Inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino dos (as) pesquisadores (as): UNICEUB**

**Pesquisador (a) responsável [professor (a) orientador (a), graduado (a)]: Raquel Santana**

**Pesquisador (a) assistente [aluno (a) de graduação]: Ana Paula Chediak Siqueira**

Vimos através desta convidá-lo (a), a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se você desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

### **Natureza e objetivos do estudo**

O objetivo específico deste estudo é comprovar os benefícios da inclusão do aluno portador de síndrome de Down no sistema regular de ensino.

Você está sendo convidado a participar exatamente por trabalhar com crianças SD.

### **Procedimentos do estudo**

Essa participação consiste em responder a uma entrevista semiestruturada

O procedimento é participar da pesquisa através da coleta de dados

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A pesquisa será realizada nas escolas dos respectivos professores que contribuirão com a pesquisa.

### **Riscos e benefícios**

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a inclusão na rede regular de ensino.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

Essa participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### **Confidencialidade**

Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (fitas, entrevistas etc;) ficará guardado sob a responsabilidade da Ana Paula Chediak Siqueira, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e/ou será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a).

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Raquel Santana (61) 3966-1525

---

Ana Paula Chediak Siqueira (62) [982565040](tel:982565040)/ [anapcsb20@gmail.com](mailto:anapcsb20@gmail.com)

**Endereço dos (as) responsável (eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):**

Instituição: Centro Universitário de Brasília

Endereço SEPN 707/907 - Asa Norte - Brasília-DF.

Bloco: /Nº: /Complemento: Hall do bloco 1

Bairro: /CEP/Cidade: Asa Norte, Brasília - DF, 70790-075, Brasil

Telefones p/contato: (61) 3966-1200

**APÊNDICE C - Ficha de Identificação**

Caracterização do respondente:

1) Instituição de ensino em que trabalha:

2) Idade: menos de 20 (\_\_\_anos) 20 a 25( ) 26 a 35( ) 36 a 45 ( ) 46 a 50 ( ) mais de 50 (\_\_\_ anos)

3) Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

4) Formação:

5) Nível escolar em que leciona:

6) Anos de magistério: Menos de 5 (\_\_\_ anos) 5 a 10 ( ) 11 a 15 ( ) 15 a 20 ( ) 21 a 25 ( ) mais de 25 (.....anos)

7) É a sua primeira experiência com alunos com necessidades educacionais especiais?

**APÊNDICE D - Roteiro de entrevista**

1. Como foi a adaptação do estudante com Síndrome de Down na sua sala de aula?
2. Para você enquanto professor da rede de Ensino Regular Comum, qual o maior benefício da Educação Inclusiva?
3. O P.P.P. da escola contempla o processo de inclusão?
1. No seu ponto de vista falta apoio pedagógico para efetivação da inclusão?
2. Como é trabalhado o desenvolvimento psicomotor e cognitivo da criança Síndrome de Down?
3. Os outros alunos são receptivos em relação ao colega Síndrome de Down?
4. O aluno apresenta uma aquisição significativa dos conteúdos?
5. De acordo Com o seu conhecimento, qual a potencial de seu aluno? E qual o critério usado para avaliar sua aprendizagem?